

ATA DA REUNIÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - COMUTRAN

Aos **19 dias de fevereiro de 2013**, às 18:50h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, localizado na Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, ocorreu a reunião ordinária do COMUTRAN – Conselho Municipal de Transportes, tendo como secretária a Sra. Izamari Cristina Machado Pacheco, e cuja pauta da reunião foi a seguinte: 1) Aprovação das atas de reuniões do mês de agosto de 2012 e do mês de janeiro de 2013; 2) Aprovação de calendário para as reuniões ordinárias para o ano de 2013; 3) Discussão sobre Lei nº 6.997/12 que dispõe sobre a criação do serviço de transporte individual de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em táxis; 4) Retomada dos trabalhos para a elaboração do Plano de Mobilidade; 5) Assuntos Gerais. Constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quantos bastem para o quorum necessário, o Sr. Gilmar Silva de Oliveira, Diretor Presidente da CPTrans e Presidente do COMUTRAN deu início aos trabalhos, agradecendo a presenças dos representantes das empresas de transporte coletivo Turb e Expresso Brasileiro: o Sr. Jean Moraes e o Sr. Vilcemar Rodrigues; a presença dos representantes da Comissão de Transportes e Mobilidade Urbana da Câmara Municipal, o Ilmo. Vereador Mauro Branco e o Ilmo. Vereador Roni Medeiros; e a presença do Sr. Rogério Corrêa, representante do “Projeto Eficientes”. Em seguida solicitou aos membros que se manifestassem quanto à aprovação das atas das reuniões de 14/08/2012 e de 28/08/2012 encaminhadas para os conselheiros por meio de e-mail, e cópias impressas foram entregues na reunião de janeiro de 2013. Como não houve pedido de alterações, as duas atas foram aprovadas por unanimidade. Quanto à ata de 15/01/2013, que foi encaminhada somente por e-mail, o Sr. Gilmar sugeriu que fosse aprovada na próxima reunião, porém o Sr. José Paulo Martins, representante da Comunidade alegou que a postergação não era necessária, já que todos os membros que estavam presentes na reunião de janeiro haviam recebido e lido a ata encaminhada por e-mail e que não haviam objeções a se fazer. Assim, por deliberação da plenária, a ata de 15/01/2013 também foi aprovada, por unanimidade. Dando prosseguimento, passou-se ao segundo assunto da pauta, que foi a aprovação do calendário para as reuniões ordinárias até o final do ano de 2013. A Sra. Izamari entregou ao plenário cópias dos calendários e como não houve objeções, o calendário foi aprovado e as datas são: 12/03/2013; 09/04/2013; 14/05/2013; 11/06/2013 (a confirmar); 09/07/2013; 13/08/2013; 10/09/2013; 08/10/2013; 12/11/2013 e 10/12/2013; o Sr. Gilmar passou ao terceiro assunto da pauta que era sobre a Lei nº 6.997/12. Iniciou sua explanação informando que a referida Lei, sancionada em 28 de novembro de 2012, criou o serviço de transporte individual de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em táxis, utilizando veículos adaptados. Posteriormente, esta Lei foi regulamentada através do Decreto 1034 de 04 de dezembro de 2012, transferindo para a CPTrans a responsabilidade pela gestão do serviço e escolha dos prestadores. A CPtrans elaborou um edital de licitação para o serviço, cuja concorrência estava agendada para o dia 21/01/2013. Porém, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) fez várias objeções quanto ao edital, não havendo prazo exequível para

realizar as mudanças necessárias até a data do certame. Além disso, foi verificado que o assunto não havia sido debatido pelo COMUTRAN e não fora submetido ao conhecimento das entidades que representam os interesses da pessoa com deficiência e dos taxistas. Por esta razão a administração da CPTrans achou por bem cancelar a licitação e elaborar um novo termo para a contratação do serviço, bem como definir melhor a regulamentação do mesmo. Prosseguindo, o presidente do COMUTRAN deu informes a respeito das experiências com esse serviço em algumas cidades do Brasil, destacando que numa breve pesquisa realizada identificou que cada município tem seu próprio regulamento. O único ponto em comum entre todas as experiências é a utilização de veículos da marca "Doblô" do fabricante "Fiat", o que foi confirmado pela associação de taxistas que apontou ainda que somente 2 empresas, sediadas na cidade de São Paulo, realizam o serviço de adaptação. Informou ainda que haverá uma audiência pública. O Sr. José Paulo Martins pediu a palavra, e disse que o assunto é relevante e não pode ser discutido em apenas uma reunião do conselho, pois os conselheiros têm de possuir mais informações detalhadas com relação ao tema. E ele sente uma insegurança para emitir uma opinião sobre um assunto do qual não é especialista. Sugeriu a formação de um grupo técnico para acompanhamento do assunto. O Sr. Evandro Oliveira, representante da ASTAPE, sugeriu que houvesse a leitura em voz alta da referida lei, e o Sr. Gilmar atendeu ao pedido, realizando a leitura na íntegra da mesma. O Sr. Josimar, convidado da ASTAPE pediu a palavra, e explicou aos membros como poderia ser a regulamentação do serviço, a partir da Lei que o define. Informou que o serviço seria disponibilizado para 8 (oito) veículos (ou permissões), mas que, como já existe um número excessivo de permissões para o serviço de táxi comum (535), número esse fixado pela legislação municipal, inserir mais 8 permissões seria talvez inviável. Uma solução seria, ao seu ver, transformar parte das permissões já existentes para este novo serviço, e que estas novas permissões seriam distribuídas uniformemente pela área do município. Explicou como seria a transformação do veículo indicado para o transporte de pessoas com deficiência e que havia visitado uma empresa mecânica que faz esse tipo de serviço. Para finalizar, informou ter participado de reunião no Conselho das Pessoas com Deficiência, onde teria realizado esta mesma explanação. O Sr. Rogério Corrêa pediu a palavra e informou que como representante do Projeto Eficientes, gostaria de participar mais ativamente da regulamentação do serviço. O Sr. Gilmar Oliveira retomou a palavra informando que realmente há uma limitação para as permissões; que é uma alternativa transformar algumas permissões para esse serviço; e que uma das exigências do TCE era que fosse incluído no edital de licitação uma taxa de outorga para a contratação dos serviços. O Sr. José Paulo Martins fez um aparte, dizendo que é necessário que os dois conselhos (COMUTRAN e de Pessoas com Deficiência) interajam e repetiu a sugestão da formação de um G.T. para este assunto. O Sr. Luis Vanderlei, representante da AMATEP (Associação de Motoristas Autônomos de Transporte Escolar), pediu a palavra, informou que faz o transporte escolar de alunos portadores de deficiência para a Fundação Paulo Freire, e que já fez vários investimentos em veículos e em adaptação para estes veículos, para melhorar o serviço que oferece. Ele se ofereceu para auxiliar os trabalhos de regulamentação, e pediu que se fosse dada uma atenção, no futuro, para a questão deste tipo de transporte voltado para os escolares. O Sr. Evandro Oliveira pediu a palavra e

informou que a referida lei foi feita no "apagar das luzes" e que nenhum conselho foi consultado a respeito do assunto. Sugeriu que a Cptrans enviase uma comunicação para os taxistas indagando se há interesse em transformar sua permissão para prestar este serviço especial. O Sr. José Paulo Martins indagou se houve algum estudo de demanda para este serviço, e o Sr. Gilmar Oliveira respondeu negativamente, apontando que o Edital de Concorrência elaborado pela CPTrans em 2012 não continha tal estudo. O Sr. Josimar retomou a palavra, afirmando que teme que o táxi "especial" acabe atendendo usuários comuns, o que poderia gerar uma lacuna na oferta deste veículos para as pessoas com deficiência. Explicou também que o procedimento de embarque e desembarque para este tipo de serviço é complexo e demorado, e que há necessidade que os prestadores do serviço sejam bem treinados para a realização desta tarefa. O Sr. Gilmar retomou a palavra e propôs que o tema tenha sua discussão adiada para o dia 12/03, quando haverá tempo suficiente para o G.T., a ser formado, elaborar sua opinião a ser apresentada aos demais membros. O Sr. José Paulo Martins sugeriu que o assunto fosse enviado também ao COMCIDADE, já que este novo serviço poderá interferir positivamente em outros segmentos, como por exemplo, o segmento turístico. Passou-se então à votação para a formação dos G.T. Transporte Especial, onde houve a candidatura e posterior aprovação para que o grupo fosse formado pelos seguintes membros: Sr. José Paulo Martins, Sr. Sandro de Jesus Lara, representante da UDAM, Sr. Rogério Corrêa, Sr. Evandro de Oliveira e o Sr. Alexandre Eduardo de Lima, representante da CPTrans, que figurará como coordenador do grupo. O Sr. Rogério Corrêa informou que estaria sendo realizada simultaneamente com a reunião do COMUTRAN, uma nova reunião do Conselho das Pessoas com Deficiência, e que seria importante que os membros do GT tivessem acesso ao conteúdo da ata desta reunião, já que provavelmente o assunto em tela também estivesse sendo discutido lá. A Sra. Izamari, informou que entraria em contato com o Conselho para pegar a ata e repassá-la aos membros do GT recém formado. O Sr. Gilmar deu prosseguimento à reunião, passando ao quarto assunto da pauta, que era a retomada dos trabalhos para a elaboração do Plano de Mobilidade. Ele fez uma breve explanação do que é esta tarefa: que uma das exigências para que os municípios consigam verbas do governo federal é possuir um Plano de Mobilidade; que este plano deve ser parte do Plano Diretor; que em 2012 foi formado um grupo; que as ações desse grupo foram suspensas; e que é necessário reativar este grupo para a retomada dos trabalhos. O Sr. Evandro indagou como está o andamento das propostas que foram apresentadas pelo anterior Secretário de Planejamento nas duas últimas reuniões de 2012, e o Sr. Gilmar respondeu que as referidas propostas fizeram parte de um encaminhamento de projetos para se conseguir verba do PAC2 Cidades Médias e que não estariam vinculadas diretamente ao Plano de Mobilidade. O Sr. José Paulo indagou se haveria alguma resposta do governo federal quanto a estes projetos, e o Sr. Gilmar respondeu que até agora não. O Sr. Evandro informou que os trabalhos haviam sido suspensos por conta de falta de recursos para a execução dos levantamentos iniciais, e indagou se já há a disponibilização de verbas para isto. O Sr. Gilmar respondeu que não sabe, mas que, independente desta questão, o Conselho deve se manifestar junto ao Poder Executivo e dar o devido encaminhamento, e que para isso entende que seria necessário avaliar o material produzido até então. A Sr. Cláudia Ribeiro,

representante da Secretaria de Educação, indagou sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade. O Sr. Gilmar disse que o prazo era 3 anos indo até final de 2014, e a Sra. Izamari informou que, na verdade, a lei só teve efeito a partir de abril de 2012 e que então o prazo se estende até abril de 2015. O Sr. Jean Moraes, representante da TURB pediu a palavra e afirmou que o Plano de Mobilidade é extremamente essencial ao desenvolvimento do município. A Sra. Izamari pediu a palavra e leu um breve "release" que foi feito do cronograma de ações do GT Mobilidade para 2012, e confirmou que as ações foram suspensas em função dos levantamentos não terem sido executados, apesar do GT ter solicitado a duas entidades orçamentos para a execução dos mesmos e esses orçamentos terem sido encaminhados à Secretaria de Planejamento, órgão responsável pela coordenação dos trabalhos. O Sr. Sandro indagou se realmente não há ações que possam ser retomadas sem a etapa dos levantamentos, e a Sra. Marcia Kraus, representante da CPTrans, respondeu informando que sem um diagnóstico adequado de como a cidade se encontra no momento com relação à mobilidade urbana, não há como se projetar nada para futuro, e que o próprio governo federal indica essa necessidade, segundo caderno para elaboração de planos de mobilidade publicado pelo Ministério das cidades, que serve de guia para os municípios. Em seguida, o Sr. Gilmar retomou a palavra propondo então a reativação do GT Mobilidade, que após discussões foi aprovado pelo plenário com a seguinte formação: Membros da Comunidade: APEA (rep. Mario Jorge Bandarra), UDAM (rep. Sandro Jesus Lara), UCP (rep. Fabini Alvarez), Sr. José Paulo Martins, ASTAPE (rep. Evandro Oliveira), NOVAMOSANTA (rep. Sergio Emiliano), SETRANSPETRO (rep. Jean Moraes). Membros do Governo: Secretaria de Planejamento (Eduardo Àscoli e Orlindo Pozzato), CPTrans (rep. Gilmar de Oliveira, como coordenador). O Sr. Gilmar ficou de indicar nos próximos dias mais três técnicos da CPTrans para finalizar a composição do GT Mobilidade. Passou-se então para o último tema em pauta, que era assuntos gerais. O Sr. Mario Jorge Bandarra, representante da APEA, pediu a palavra reforçando novamente suas sugestões, e reclamou que seu e-mail com suas proposições não foi retransmitido como solicitado na última reunião. Reapresentou oralmente todas as suas sugestões e a Sra. Izamari solicitou que ele reenviasse seus e-mails para que ela pudesse retransmitir aos conselheiros. O Sr. José Paulo propôs o agrupamento das proposições feitas pelo Sr. Mario Jorge e a formação de outros grupos técnicos para discutir cada uma. O Sr. Luis Vanderlei fez um aparte, dando como sugestão para o Plano de Mobilidade o fortalecimento dos bairros para induzir a diminuição de viagens ao centro da cidade. O Sr. José Paulo solicitou que seja retomada a discussão sobre a situação financeira da CPTrans, para a próxima reunião. O Sr. Álvaro Bastos, na qualidade de cidadão, solicitou a palavra, pedindo uma atenção especial dos membros do COMUTRAN à demanda da Rua Monsenhor Bacelar junto ao Ministério Público, cuja ação se refere aos danos que as moradias existentes ao longo da via vêm sofrendo com o aumento do tráfego de veículos, principalmente os pesados, após a alteração da direção do tráfego que passou a ser mão única no ano de 2004. O Sr. Francesco Seljan, representante da empresa Petro Ita, respondeu que a decisão tomada em 2004 já era conhecida há algumas décadas atrás. Ele, como ex-morador da rua Machado de Assis, adjacente à Monsenhor Bacelar, sempre soube de que algum dia esta se tornaria mão única, para a composição de binário viário, em conjunto com a Washington

Luiz. O Sr. Orlindo Pozzato, representante da Secretaria de Planejamento, por sua vez informou que, na qualidade de arquiteto, a referida via se encontra geologicamente sobre um grande maciço e que seria pouco provável que o tráfego de veículos pesados pudesse interferir nas construções antigas ao longo da via. E nada mais havendo em pauta para ser tratado, encerrou-se a presente que segue assinada pela secretária e pelo Presidente e, após a leitura e aprovação de seu conteúdo na próxima reunião, será publicada na página de internet da CPTrans.

IZAMARI CRISTINA MACHADO PACHECO
Secretária

GILMAR SILVA DE OLIVEIRA
Presidente do COMUTRAN